

ATA - GTT Sales Pimenta
09, 10 e 11 de abril de 2024

4.^a Reunião Presencial

Local: MDHC – Park Cidade Corporate – Brasília - DF

Data: 09 a 11 de abril de 2024

Primeiro dia - 09/04/2024

A reunião do GTT Sales Pimenta realizada em 9 de abril de 2024, foi aberta por Coordenador do MDHC e Conselheira do Artigo 19. A reunião começou com uma justificativa sobre a mudança de local da reunião devido a problemas técnicos no local originalmente planejado, a reunião teve que ser transferida para um novo local que oferecesse suporte técnico adequado.

Foi informado que as atas desta reunião serão elaboradas colaboradoras do MDHC, através da degravação das gravações. Ficou acordado que a reunião do dia 10/04 ocorrerá no mesmo local, no dia seguinte.

O coordenador apresentou alguns compromissos par o melhor funcionamento das Reuniões do GTT. Os compromissos estabelecidos anteriormente serão seguidos para garantir a eficiência e organização das reuniões do GTT. São eles:

1. Realizar Prestação de contas - providenciar o envio dos formulários de viagens para as assinaturas;
2. Emitir Passagens e diárias - solicitar com no mínimo 25 dias úteis as passagens e diárias das e dia titulares da sociedade civil e das peticionárias;
3. Enviar Convites – titulares;
4. Confirmações de presença - especialmente de governo;
5. Prover locais de reunião com infraestrutura adequada, incluindo equipamentos de áudio e vídeo para gravação e quando necessário realizar conferências híbrida;
6. Estabelecer canais de comunicação acessíveis e eficientes entre os membros do GTT e com outras partes interessadas
7. Documentar as atividades da reunião do GTT;
8. Gestão do tempo das reuniões;
9. Incentivar a participação ativa de representantes da sociedade civil e governamentais;
10. Assegurar que todos as e os titulares tenham acesso fácil e rápido às informações e documentos necessários;
11. Disponibilizar suporte técnico contínuo para resolver quaisquer problemas técnicos que possam surgir durante as reuniões;
12. Garantir a segurança da informação, protegendo dados sensíveis e confidenciais;
13. Relatar as reuniões;
14. Manter a documentação completa e atualizada das reuniões, decisões e progresso das atividades;
15. Instrumental para monitorar os encaminhamentos das reuniões e atividades;

16. Gravar e degravar as reuniões;
17. Elaborar atas;
18. Enviar atas previamente para leitura;
19. Registrar a presença de todas as participantes;
20. Prover apoio técnico à mesa diretora do GTT;
21. Providenciar prismas de identificação;
22. Elaborar apresentações em PowerPoint;
23. Elaborar durante a reunião sumário executivo das deliberações e seus encaminhamentos;
24. Providenciar gráfico com a participação de todos os titulares e suplentes nas reuniões anteriores.

Foi solicitada a autorização dos participantes para gravação e degravação, visando assegurar o consentimento. Às 10h08, a relatora da ONU chegou acompanhada de Oficial de Direitos Humanos da ACNUDH e do Chefe de Pesquisa e Campanhas, Escritório Externo da UN SR Lawlor.

Coordenador deu as boas-vindas à relatora e destacou a presença significativa de representantes da sociedade civil e do governo federal no GTT. Após isso, ele passou a palavra para Conselheira do Artigo 19 para continuar com a reunião.

Conselheira apresentou sua saudação ao espaço do GTT e destacou o contexto histórico que levou à sua criação. Ela enfatizou o envolvimento com o governo durante a transição e a importância da participação igualitária da sociedade civil. Além disso, compartilhou detalhes sobre as reuniões anteriores e a organização da reunião atual.

Após a intervenção da Conselheira, a palavra foi passada para a relatora da ONU, que expressou sua satisfação em participar da reunião. Ela compartilhou suas expectativas em relação ao relatório que produzirá após sua visita ao Brasil e destacou suas prioridades em questões de direitos humanos, incluindo proteção de defensores de direitos humanos e foco em grupos vulneráveis.

Oficial de Direitos Humanos da ACNUDH e Chefe de Pesquisa e Campanhas, se apresentaram e expressaram seu interesse em ouvir as contribuições dos participantes.

Coordenador anunciou o início das inscrições para intervenções durante a reunião e deu início às contribuições dos representantes do governo. Conselheira da Secretaria de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça, e Conselheiro do Movimento Nacional de Direitos Humanos, foram os primeiros a falar. Conselheiro da ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos, concordou com as declarações anteriores e enfatizou a importância da proteção coletiva, além de propor uma definição mais clara de defensores de direitos humanos. Ele também destacou a necessidade de inclusão da população LGBTQIA+ e propôs uma audiência pública para discutir essas questões.

Conselheira do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), compartilhou suas expectativas para a reunião, enfatizando a situação complexa do Brasil, especialmente em relação às questões agrárias dos povos tradicionais. Ela destacou as violações de direitos dos comunicadores e ambientalistas e recomendou que o governo brasileiro garanta condições adequadas de trabalho para o GTT.

Diretor da Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos (DDH), atualizou os participantes sobre o prazo e as articulações recentes do GTT. Ele mencionou a renovação do prazo de funcionamento do GTT e articulações com a Polícia Federal

para tratar de demandas específicas, incluindo análise de riscos e capacitação em segurança digital.

Conselheira da Secretaria-Geral da Presidência da República, destacou o mandato do Grupo de Trabalho Sales Pimenta e sua criação para garantir o cumprimento da determinação do presidente Lula em relação à proteção dos defensores de direitos humanos.

Conselheiro da Terra de Direitos, expressou preocupações com a consolidação de mecanismos democráticos diante dos ataques da extrema direita e grupos fascistas. Ele enfatizou a importância de fortalecer os defensores de direitos humanos e recomendou que o estado priorize políticas para enfrentar esses grupos.

Conselheiro da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará (MALUNGU), destacou as dificuldades enfrentadas pela comunidade quilombola e a falta de proteção adequada para lidar com os conflitos e violações de direitos. Ele enfatizou a necessidade de representatividade e programas de proteção mais eficazes para as comunidades quilombolas.

Conselheira da Comissão Pastoral da Terra (CPT), compartilhou o trabalho da Comissão Pastoral da Terra no acompanhamento de conflitos no campo brasileiro e destacou a importância da construção de um plano nacional de proteção e do combate à impunidade estrutural.

Conselheiro da SMDH, ressaltou a gravidade das situações de violência no campo e a falta de soluções efetivas para resolver as violações. Ela pediu medidas eficazes do governo para lidar com essas questões e priorizar a resolução das pautas da classe trabalhadora. A reunião continuou com intervenções e esclarecimentos adicionais dos participantes, como registrado a seguir.

Conselheira da Diretora do Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), complementou intervenções anteriores, destacando a importância da reestruturação do programa de proteção e a necessidade de criar um protocolo de investigação. Ela também mencionou a existência de instrumentos no direito internacional que podem ajudar a reduzir a violência contra defensores de direitos humanos.

Participante (FBDDH), expressou críticas à exclusão dos defensores de direitos humanos do GTT Sales Pimenta e solicitou maior participação desses atores. Ele enfatizou a importância de incluir os defensores que enfrentam ameaças no processo de desenvolvimento do plano nacional.

Conselheira do MST ressaltou a necessidade de agilidade na investigação e reparação dos casos de violação de direitos humanos, além de destacar os desafios enfrentados devido ao avanço da extrema direita e ao desmonte de políticas públicas no Brasil.

Conselheiro do IDEAS, abordou questões relacionadas à gestão do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH), destacando a necessidade de uma política de proteção coletiva e um plano de gestão socioambiental para os territórios em disputa.

Conselheiro da Terra de Direitos expressou preocupações com o funcionamento atual do programa de proteção aos defensores de direitos humanos e enfatizou a importância de uma execução eficaz da política de proteção.

Conselheiro do Ministério das Mulheres, destacou a importância do Ministério das Mulheres e sua atuação na elaboração de políticas públicas para as mulheres, reconhecendo os desafios enfrentados, especialmente relacionados à violência política contra as mulheres.

Participante Aty Guasu, apelou por apoio e autonomia para sua comunidade proteger as vidas em perigo, destacando a importância de uma maior colaboração entre o Ministério da Justiça e as comunidades indígenas.

Conselheira do Ministério dos Povos Indígenas destacou a responsabilidade do departamento em lidar com conflitos fundiários relacionados a processos indígenas e o acompanhamento de casos de proteção a defensores indígenas.

A reunião que discutiu questões relacionadas à proteção de defensores de direitos humanos no Brasil, com representantes da sociedade civil e do governo federal presentes e com a Relatora Especial da ONU foi encerrada para a participação das representações de governo a pedido da Relatora Especial.

Observou antes do encerramento que houve preocupações com a exclusão de grupos específicos, como defensores LGBTQIA+ e comunidades quilombolas, sugerindo a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e representativa nas discussões e no desenvolvimento de políticas de proteção.

Algumas intervenções destacaram preocupações com a eficácia das políticas de proteção existentes e a necessidade de uma execução mais eficaz dessas políticas para enfrentar as violações de direitos humanos e garantir a segurança dos defensores.

Foi mencionada a necessidade de enfrentar a impunidade e garantir que os culpados por violações de direitos humanos sejam responsabilizados, sugerindo lacunas na aplicação da lei e na administração da justiça em relação a essas questões.

Segundo dia - 10/04/2024

No décimo dia de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, em Brasília/DF, teve início o segundo dia da 4ª Reunião Presencial do Grupo Técnico de Trabalho (GTT) Sales Pimenta. O principal propósito desta sessão era a definição do calendário de atividades do grupo. A reunião contou com a coordenação de Conselheira da Associação Artigo 19, e de Coordenador-Geral do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas.

Coordenador iniciou a sessão com informações sobre a sua ausência no terceiro dia da reunião, porque estará em Salvador acompanhando a agenda da Relatora Especial da ONU para DDH, e apresentou a pauta para a reunião, incluindo a necessidade de registrar previamente a presença de participantes que não foram submetidos a aprovação do pleno do GTT e ou aprovadas como convidadas e observadoras.

Conselheira da Associação Artigo 19 conduziu a discussão sobre a participação da sociedade civil nas próximas reuniões, ressaltando a importância da transparência e do funcionamento adequado do GTT Sales Pimenta. Diversos pontos foram abordados durante a reunião, incluindo discussões sobre o orçamento, consultorias, metodologia de organização e divulgação das consultas públicas, e a necessidade de uma presença equilibrada entre representantes do governo e da sociedade civil. Houve também debates sobre a classificação das reuniões virtuais como preparatórias e a urgência em resolver questões estruturais para o funcionamento eficaz do grupo.

As preocupações levantadas pelos participantes abordaram a falta de clareza sobre o funcionamento e atribuições do GTT, a necessidade de comunicação transparente, a demora na consecução dos objetivos e a importância de uma participação equilibrada entre representantes do Estado e da sociedade civil. Além disso, foram discutidas questões relacionadas aos acordos

estabelecidos, financiamento das atividades e a importância de esclarecer os propósitos do GTT para as pessoas incluídas nos programas de proteção.

Houve propostas para melhorar o funcionamento do GTT, como a realização de escutas específicas durante as reuniões, a publicidade das atividades do grupo e a necessidade de agir de forma pragmática para cumprir os prazos estabelecidos.

Por fim, o Coordenador destacou a importância de dar visibilidade das atribuições e o papel do GTT para evitar situações inadequadas e informou que apresentara uma minuta de texto sobre as atribuições e competência do grupo de trabalho para apreciação do pleno do Sales Pimenta. Na sequência encerrou a sessão para o intervalo de almoço.

Ao retornarem do horário do almoço, o Coordenador informou que o edital de chamamento público para o conselho deliberativo do PPDDH foi publicado. Destacou a importância de não postergar as inscrições, que iam até 19 de abril. Explicou que o processo estava em andamento desde janeiro e incentivou os participantes a consultarem o edital para dúvidas.

Conselheira da Associação Artigo 19 ressaltou a necessidade de deliberar sobre a possibilidade de integrar novos observadores ao grupo de trabalho. Propôs três perguntas para discussão: concordância em abrir um processo para formalizar solicitações de ingresso, forma de fazê-lo e se os solicitantes poderiam se juntar ao grupo.

Conselheiro sugeriu reuniões de trabalho internas para questões do grupo e horários específicos para as consultas públicas. Propôs reservar meio período do dia para ouvir defensores de direitos humanos financiados pelo Ministério. Argumentou que não era o momento para discutir a adição de novos observadores, enfatizando o objetivo principal do GTT.

Conselheira sugeriu encerrar a primeira parte do diálogo garantindo a participação permanente das defensoras e dos defensores na elaboração da política.

Conselheiro propôs um processo público de inclusão de novos observadores, destacando a importância de garantir a participação de organizações já aprovadas.

Conselheira questionou se o GTT tinha atribuição para ampliar essa participação, enfatizando os processos de escuta e consultas públicas planejados. Propôs disponibilizar o e-mail do GTT como canal direto para receber contribuições.

Conselheira propôs agendar um processo de escuta para o grupo específico *Fórum Brasileiro de DDH* que solicitou ingresso no GTT, mas sugeriu não abrir novos processos para chegada de novos integrantes, levando em conta o avanço dos trabalhos do grupo. Foi recomendado que demandas específicas de participação sejam negadas, direcionando para outros espaços de participação já existentes.

Conselheiro argumentou sobre o poder de convite para participar das reuniões, ressaltando que a decisão de adicionar novas entidades não consta no Decreto.

Coordenador reforçou que as deliberações e convites para participação no GTT são decididas pelo plenário do GTT e não pela CGPPDDH. Mencionou que novos acordos de participação permanente devem ser aprovados e registrados pelo GTT.

Foi debatido ajustes no calendário de atividades, destacando a importância de coordenar com as várias partes interessadas. Com isso foram propostas

alterações, incluindo remarcação de reuniões e considerações para reuniões virtuais e coordenação de atividades em diferentes regiões.

O GTT registrou atividades para maio, incluindo escutas indígenas e quilombolas, e reuniões presenciais e híbridas em várias localidades. Houve discussão sobre a viabilidade de repasses de recursos financeiros, esclarecendo que o apoio seria dado através de passagens e diárias.

Foram abordadas questões de comunicação e organização dentro do grupo de trabalho, incluindo a necessidade de manter todos atualizados e incluídos nos grupos de WhatsApp. Foi proposta uma prática de relatar brevemente as atividades concluídas e planejadas no grupo.

Houve debate sobre a participação e representatividade do GTT nas atividades futuras, com sugestões para garantir a presença de órgãos relevantes e a extensão da duração das reuniões. Foi destacada a importância de encontrar uma solução para o grupo de WhatsApp, considerando pessoas que não estão formalmente no GTT.

Ao final do segundo dia, os principais pontos discutidos e deliberados foram:

1. Dar publicidade à publicação do edital de chamamento público para o CONDEL do PPDDH;
2. Decisão de não abrir novos processos para chegada de novos integrantes;
3. Ajustes no calendário de atividades, coordenando com várias partes interessadas;
4. Esclarecimento sobre a limitação de repasses financeiros e apoio através de passagens;
5. Ênfase na comunicação interna do grupo e organização das informações;
6. Discussão sobre a participação e representatividade nas atividades futuras, incluindo a necessidade de garantir a presença de órgãos relevantes;
7. Debate sobre a inclusão de pessoas no grupo de WhatsApp, considerando questões de segurança e formalidade.

Terceiro dia - 10/04/2024

O terceiro e último dia da "4ª Reunião Presencial do GTT Sales Pimenta", foi aberto por Conselheira Artigo 19, acompanhada por Conselheira MJSP e por Diretor de Defesa MDHC, deu início à sessão, abordando pendências do dia anterior, como o reposicionamento das atividades de escuta e a aprovação do Guia Orientador para tais escutas. Diversas sugestões foram feitas em relação ao calendário para o mês de maio, visando otimizar a distribuição das atividades entre os participantes e garantir a eficácia do grupo.

Durante a reunião, surgiram discussões sobre questões orçamentárias, consultorias jurídicas e responsabilidades do GTT. Muitos participantes expressaram suas opiniões e sugestões para lidar com esses desafios, destacando a importância da transparência, comunicação clara e definição de prazos para resolver questões pendentes.

Foram debatidas maneiras de melhorar a coordenação das atividades do GTT, incluindo a realização de reuniões governamentais, definição clara de competências e melhoria na comunicação entre os membros. Apesar das

divergências, houve um consenso sobre a necessidade de agir com rapidez e eficiência para cumprir as metas estabelecidas pelo GTT.

Após extensas deliberações, Conselheira agradeceu a todos os presentes pela participação e encerrou o terceiro dia da 4ª Reunião Presencial do GTT Sales Pimenta.

Principais Pontos Deliberados no terceiro dia:

1. Reposicionamento das atividades de escuta para o mês de maio.
2. Debate sobre o calendário e distribuição das atividades entre os participantes.
3. Discussões sobre questões orçamentárias, consultorias jurídicas e responsabilidades do GTT.
4. Sugestões para melhorar a coordenação das atividades, incluindo a realização de reuniões governamentais e definição clara de competências.
5. Ênfase na transparência, comunicação clara e definição de prazos para resolver questões pendentes.

PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS DOS DIAS 10 E 11 DE ABRIL

Deliberações para o funcionamento e estrutura do GTT:

1. Encaminhamento da ata completa da reunião dos dias 10 e 11 de abril até **dois dias antes** da próxima reunião, para revisão dos integrantes do grupo;
2. Encaminhamento da memória resumida com as principais deliberações da reunião aos integrantes do grupo;
3. Finalização da memória das reuniões de dezembro, janeiro e março e disponibilização para os integrantes do grupo;
4. Encaminhamento da portaria de prorrogação dos trabalhos do GTT para apresentação e aprovação na reunião de maio;
5. Apresentação das especificações de orçamento do GTT na reunião de maio;
6. Contratação da consultoria jurídica e análise da possibilidade de contratação de consultoria de apoio para sistematização dos achados das escutas e das audiências públicas;
7. Disponibilização de pasta no GDrive do GTT com os documentos atualizados (memória, documentos relacionados as escutas, entre outros);
8. Publicização das informações relacionadas às atribuições do GTT e à sua composição (considerando a deliberação negativa sobre a participação de outras entidades como observadoras ou membras do GTT);
9. Mobilização e atualização das representações do Estado (SGPR+CG.PPDDH);

10. Devolutiva da Conjur sobre a possibilidade de disponibilização de passagens e diárias para os suplentes da sociedade civil.

Visita da Relatora da ONU:

11. Encaminhamento dos documentos: plano de trabalho; agenda das reuniões; diagnóstico e acumulado das discussões do GTT até então.

Escutas públicas:

12. Incorporação das alterações no documento do Guia Orientador e disponibilização para as entidades proponentes;
13. Publicização das atividades aprovadas para maio e junho;
14. Agendamento de escuta com o grupo de defensores que esteve presente na reunião da relatora da ONU junto ao GTT;
15. Escuta no MS durante o Aty Guasu;
16. Mobilização dos entes estatais para as escutas do Estado, a serem realizadas na reunião de maio, conforme calendário abaixo;
17. Montagem de formulário para resumo do repasse sobre as atividades de consulta (Campos: membros do GTT que acompanharam; informações da atividade; relato breve sobre a atividade; principais pontos de elaboração para o Plano Nacional).

Audiências públicas:

18. Reserva de espaço para a realização das audiências públicas;
19. Construção de acúmulo por Sub-Grupo de Trabalho sobre a metodologia e a participação nas audiências públicas (pela SC: A19, MNDH, FNDC; pelo Estado: MDHC; SGPR; SAJU/MJSP);

MAIO



14/05	15/05	16/05
Reunião do Pleno para resolução de pendências + apresentação do acumulado sobre as audiências públicas pelo GT designado na reunião de abril	Escuta FENEG + Vida e Juventude	Escuta Aquilombar
Escutas temáticas do Estado (grupo se divide entre os temas) <ul style="list-style-type: none">• Comunicadores (Observatório do MJSP, SECOM, entre outros)• Terra e território (INCRA, MPI, MDA, MIR, entre outros)	14h-15h50 Escuta Estado*: Proteção com escolta e policiamento (PF, MJSP, MDHC, FN) 16h-17h50 Escuta Estado*: Investigação, responsabilização e	Atividade 22+23 (Interseccionalidades)

	inteligência (CNJ, CNMP, DPU, PFDC, Ouvidoria Agrária)	
Escutas temáticas no MS – Aty Guasu	21 a 23 de maio	MPI MHC (CGPPDDH)

JUNHO

□

11/06	12/06	13/06
Aprovação de pauta e deliberação sobre pendências	Discussão sobre o Anteprojeto de Lei	Discussão sobre Protocolo La Esperanza (conduzido pelo CEJIL)
Organização e repasses sobre as audiências públicas	Discussão sobre o Anteprojeto de Lei	Escuta das secretarias estaduais e equipes que executam os programas nos Estados

JULHO

09/07	10/07	11/07	12/07
Audiências Públicas	Audiências Públicas	Audiências Públicas	Audiências Públicas

TEXTO PROPOSTO E APROVADO PELO GTT

Saiba mais sobre o Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta

Instalado em 2023, Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta (GTT) é um coletivo constituído por representantes do Governo Federal e da sociedade civil, que tem atuado na elaboração de propostas para o Plano Nacional de Proteção e de um anteprojeto de lei sobre a Política Nacional aos Defensores dos Direitos Humanos, aos Comunicadores e aos Ambientalistas.

Porque o GTT Sales Pimenta foi criado?

O GTT foi criado [por decreto](#), como resposta a duas decisões, uma da [Corte Interamericana de Direitos Humanos](#), que condenou, em 2022, o Brasil pelo assassinato de Gabriel Sales Pimenta, um defensor dos direitos humanos, e outra do Ministério Público Federal (MPF) que ajuizou uma [ação civil pública](#), em janeiro de 2017, requisitando que a União elaborasse um Plano Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

Além disso, a instauração do GTT atende às reivindicações da sociedade civil para a elaboração de políticas públicas que incidam na redução da letalidade e das ameaças contra pessoas defensoras de direitos humanos, comunicadoras e ambientalistas.

Quais organizações e órgãos compõem o GTT Sales Pimenta?

Representantes do Governo Federal:

O GTT inclui representantes de órgãos do governo federal, como o MDHC (que coordena os trabalhos), os ministérios da Justiça e Segurança Pública, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, dos Povos Indígenas, das Mulheres, da Igualdade Racial, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, além de representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República e da Advocacia-Geral da União.

Representantes da Sociedade Civil:

Titulares - Associação Artigo 19, Justiça Global, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), Terra de Direitos, Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH Brasil), Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU), Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação (FNDC).

Suplentes - Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB), Associação Nacional de Mulheres Camponesas (ANMC), Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), Ideas Assessoria Popular, Instituto DH Promoção Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania, Grupo Tortura Nunca Mais-Bahia (GTN), Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu (CDHNI), União Brasileira de Mulheres (UBM), Instituto Vladimir Herzog, Brigadas Populares.

Como as organizações da sociedade civil foram escolhidas?

A composição das organizações da sociedade civil se deu por meio de um [processo eleitoral](#) que foi coordenado pela Comissão Permanente de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos e Enfrentamento à Criminalização dos Movimentos Sociais do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). O processo eleitoral foi aberto em 17 de julho de 2023 e as organizações da sociedade civil e movimentos sociais habilitados puderam votar e serem votados.

As [organizações habilitadas](#) para o processo eleitoral comprovaram ser reconhecidas nacionalmente, com atuação relacionada à proteção a defensores dos direitos humanos, comunicadores e ambientalistas.

Entre as dez representantes da sociedade civil, estão as organizações que foram parte do processo na Justiça Federal como lides consortes, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e as que foram amicus curiae, a Justiça Global, a Terra de Direitos e a Artigo 19.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) apresentaram a petição inicial, em 2006, à Comissão Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), por essa razão elas são convidadas permanentes do GTT.

Quais são os objetivos e as atribuições do GTT Sales Pimenta?

De caráter consultivo e propositivo, o GTT Sales Pimenta foi criado com o objetivo de elaborar propostas para o Plano Nacional de Proteção e um anteprojeto de lei sobre a Política Nacional aos Defensores dos Direitos Humanos, aos Comunicadores e aos Ambientalistas.

De acordo com o Art. 2º do decreto nº 11.562 de 13 de junho de 2023, o Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta tem competências para: dialogar com a sociedade civil, os movimentos sociais e os demais atores envolvidos, direta ou indiretamente, na operacionalização da Política Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, aos Comunicadores e aos Ambientalistas; elaborar proposta do Plano Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, aos Comunicadores e aos Ambientalistas; e elaborar proposta de anteprojeto de lei sobre a Política Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, aos Comunicadores e aos Ambientalistas.

Como se dará o diálogo com a sociedade e órgãos públicos?

Para cumprir o disposto no decreto que criou o GTT, foi iniciado em março o [processo de consultas](#) e audiências públicas para coletar contribuições da sociedade civil, incluindo as pessoas incluídas nos programas federal e estaduais de proteção. Também serão realizadas oitivas temáticas, a partir das necessidades identificadas pelo GTT.

Com as contribuições geradas nas consultas públicas será possível desenvolver uma proposta para o plano nacional que deverá conter metas, ações, indicadores, responsáveis e prazos. O mesmo processo de participação social também contribuirá na elaboração de um anteprojeto de lei para a proteção dos defensores de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas.

O GTT também realizará reuniões e encontros para escutas com gestores e agentes de instituições públicas que atuam ou venham a atuar na política de proteção à defensores de direitos humanos.

E os casos de pessoas ameaçadas?

De acordo com o decreto, o GTT não tem como atribuição discutir e deliberar sobre casos e medidas protetivas para pessoas ameaçadas, em razão da sua atuação na defesa dos direitos humanos. Esta função cabe aos Conselhos Deliberativos Estaduais e ao [Conselho Deliberativo Federal do Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas](#).

A participação de todas as pessoas interessadas no tema deve ocorrer por meio das Consultas Públicas, Audiências Públicas e de outras atividades que o GTT apoiar ou organizar.

As organizações da sociedade civil que compõem o GTT representam a luta histórica pela institucionalização e efetivação da política de proteção de defensoras e defensores de direitos humanos. A mobilização, nacional e internacional, destas organizações, foi fundamental para a criação do GTT Sales Pimenta e de outros espaços de controle social, conselhos e comitês com o objetivo de promover e defender os direitos humanos no Brasil.

O que são Políticas Públicas?

Como o resultado esperado do GTT é a elaboração de propostas de políticas públicas, por meio do Plano Nacional, é importante destacar que uma política nacional constitui um programa de ação governamental, do qual se extrai a atuação do Estado na elaboração de metas, definição de prioridades, levantamento do orçamento e meios de execução para a consecução dos compromissos constitucionais.

Com a proposta de uma política, elaborada pelo GTT, o Estado deve garanti-la e implementá-la e deve influenciar a maneira como os recursos e investimentos serão alocados para a implementação de suas ações, com o objetivo de garantir que as causas geradoras das ameaças sejam mitigadas e que as pessoas acompanhadas pelo programa sigam atuando na defesa dos direitos humanos de forma segura.

E o PPDDH?

O [Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas](#) é uma ação específica, que faz parte de uma política pública. Ele é um conjunto de ações e atividades inter-relacionadas que são planejadas e executadas para alcançar objetivos específicos do programa.

Para garantir o fortalecimento das ações do PPDDH, deve se instituir uma política pública, que será essencial para o programa alcançar seus objetivos.